

INFORMAÇÃO

1

NÚCLEO REGIONAL DE APOIO À CANDIDATURA DE
MARIA DE LURDES PINTASILGO



**«A POLÍTICA
NÃO SE DIRIGE
A SERES ABSTRACTOS
MAS
A PESSOAS CONCRETAS»**

Fundação Cuidar o Futuro

Editorial

O Presidente da República deve ser o garante do funcionamento das Instituições Democráticas, conforme o afirma a Constituição da República Portuguesa.

Ora, só quem respeita a Democracia pode desempenhar aquelas funções completa e eficazmente, porque assumirá com coerência a responsabilidade que a escolha dos cidadãos portugueses fizeram, respeitando o sentido dessa escolha.

Não é democrata quem violenta a consciência dos seus companheiros a título de uma qualquer disciplina.

Não é democrata quem usa a mentira, em nome de uma qualquer estratégia política.

Não é democrata quem preverta o valor da competência e do profissionalismo, em função de razões individuais ou de grupo.

A escolha do próximo Presidente da República deve recair no candidato que tenha já dado provas de absoluta isenção nas atitudes, transparência nos métodos e competência nas acções, porque essas são expressões da Democracia.

Por isso é que Maria de Lourdes Pintasilgo é a candidata da democracia.

NUNO GRANDE

COLUNA DE OPINIÃO

AFIRMA REVISTA ALEMÃ

SÃO REDUZIDAS AS HIPÓTESES DE SOARES CHEGAR A BELÉM

O prestígio do Primeiro-Ministro Mário Soares encontra-se num ponto baixo, afirma a edição desta semana da revista alemã «Der Spiegel». Os insucessos da actuação política do líder socialista são os motivos apontados para esta queda de prestígio que, na perspectiva de «Der Spiegel» ameaça as possibilidades de Soares ser Presidente da República.

«São reduzidas as hipóteses de Soares ser o sucessor de Ramalho Eanes», acrescenta a revista que reconhece que «para Soares aquele cargo seria a coroação de uma carreira até agora nem sempre bem sucedida. O seu partido ficaria satisfeito de poder ver-se livre dele daquela maneira».

O «Der Spiegel» afirma ainda que o único candidato capaz de desfeitear a candidatura presidencial de Mário Soares é a antiga Primeira-Ministra, Maria de Lourdes Pintasilgo.

DIÁRIO DE LISBOA, 20.2.85

M. L. PINTASILGO UMA PERSONALIDADE QUE SE IMPÕE

Sem aparelho partidário, sem meios de comunicação às ordens, sem apoios financeiros ou económicos ostensivos, absolutamente exterior a todas as áreas do Poder, unicamente escolhida pelo capital de confiança ou de esperança que suscita, a eng.ª Maria de Lourdes Pintasilgo, mês após mês, deixa na sombra, como objecto de favor e do fervor públicos, os vários príncipes que nos governam ou se propõem para nos governar.

EDUARDO LOURENÇO in «O JORNAL»

LOURDES PINTASILGO: UM DISCURSO NOVO

A prática governamental de Maria de Lourdes Pintasilgo permitiu-nos verificar que, mantendo o respeito pelas instituições democráticas, soube ouvir e fazer-se ouvir pelos grupos sociais, pelas famílias e pelos cidadãos. Teorizou num discurso novo uma prática político-social que marcou definitivamente.

NUNO GRANDE in «DIÁRIO DE NOTÍCIAS»
Dez/1984

UM ROSTO, UM NOME, UMA FIGURA

Mas é ao conjunto das forças, dos sentimentos, das esperanças que hoje se reconhecem na sigla «Maria de Lourdes Pintasilgo» que incumbirá em primeiro lugar a definição clara dessa mudança para se poder outorgar os meios para levar a cabo ou contribuir para isso. Um rosto, um nome, uma figura não poluída pelos vícios irremovíveis do microcosmos político, é excelente, um nome e um projecto realista de mudança ao serviço imperativo do povo português, é ainda melhor. Saber com quem se vai, em política, é saber para onde se vai.

EDUARDO LOURENÇO in «O JORNAL»

ENTREVISTAS

UM PRESIDENTE QUE REPRESENTA TODOS OS PORTUGUESES

A CONSTITUIÇÃO E A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

PB — Amiga do general Ramalho Eanes, conselheira do Presidente da República. O que a leva a apresentar uma candidatura fora da linha do clássico partido presidencial?

MLP — Não acho que o general Ramalho Eanes tenha criado uma escola que se chamasse o eanismo. Nesse sentido, não vejo a existência de qualquer linha da qual me tivesse afastado e quero afirmar, já que teve a simpatia de referir a amizade que me liga ao general Ramalho Eanes, que essa amizade está presente e que essa amizade não se quebra facilmente.

Queria esclarecer um ponto que me parece importante. Estes cinco anos com as duas coligações, e em particular com a revisão da Constituição de 82, partidariizou as instituições democráticas. Ao partidariizar estes órgãos, as coligações e os grupos que se aliaram para a revisão, contribuíram para algo de muito mais grave que foi tentar partidariizar as nossas próprias mentalidades. A pergunta que faz é o que tem estado na boca da maior parte dos jornalistas e traduz exactamente isto: a ideia de que cabe aos partidos a designação de candidatos. Ora, segundo a Constituição, este é um dos poucos casos em que os cidadãos filiados ou não, enquanto pessoas responsáveis, conscientes, com o seu juízo político próprio, podem afirmar, sem mediações qual é a pessoa que escolhem para uma função, que ainda por cima os representa e simboliza. A Constituição indica claramente que a eleição presidencial depende da apresentação de candidatura por um número significativo de cidadãos, sete mil e quinhentos a quinze mil.

In PRETO E BRANCO

DIGNIFICAR O TRABALHO

«Parece-me que o fenómeno político, com os seus sobressaltos, tem abafado a expressão de tudo o que é humano. Basta ver o relevo que a Comunicação Social dá a pequenos acontecimentos políticos, quando é muito mais importante saber como vivemos, como vamos viver melhor, como nos vamos organizar para viver melhor, para contribuir para o bem-estar dos outros.

«Nesse sentido, parece-nos que há um grande problema: a não dignificação do trabalho. Não temos sido capazes de dignificar os trabalhos, todos os tipos de trabalhos... Não somos capazes de dizer que é através do trabalho que pomos na história actos novos, que modificamos o ambiente em que vivemos e que vamos levar a sociedade a um estado em que a existência seja menos dura».

In «GENTE» 6.2.1985

MARIA DE LOURDES PINTASILGO POR ELA PRÓPRIA

ALGUÉM INDEPENDENTE E ISENTO

JN — *Que sentido se lhe atigura ter a sua presença permanente à frente das sondagens sobre as «presidenciais»?*

MLP — É-me difícil justificar exaustivamente esse facto. Penso, no entanto, que isso se deve, sobretudo, aos desejos dos portugueses de que se apresente uma candidatura fora do quadro partidário. Os portugueses querem, nas actuais condições da sociedade portuguesa, que o futuro presidente da República continue a ser uma personalidade independente e isenta, capaz de, com essa postura, garantir estabilidade ao regime para que os vários projectos governativos se possam desenvolver em paz e para que os portugueses se sintam em segurança. Quer-me parecer que os portugueses temem a transformação da função presidencial num instrumento de troca de favores, dando vantagens injustas a um ou mais partidos. Seria um grave erro político, de consequências fatais para a Democracia, partidizar a Presidência da República. Repare que, depois da revisão de 82, a vida portuguesa foi excessivamente partidizada; assistiu-se a uma partilha, por vezes despudorada, de lugares na banca, nas empresas públicas, na comunicação social, nos ministérios, por clientelas dos partidos no Poder, sem respeito por valores como a competência e a justiça, antes marginalizando muitos técnicos de inegável valor. Creio, por isso, que a circunstância de eu ser independente, aliada ao facto de ter uma maneira diferente de encarar a política, explica essa presença à frente das sondagens realizadas até agora.

In «JORNAL DE NOTÍCIAS»

SER PRESIDENTE DA REPÚBLICA UM SERVIÇO

JN — *Acusam-na de «populismo»...*

MLP — «Populismo» tem uma conotação de contacto fácil, no sentido de demagógico, com o povo. «Populista» aparece, assim, como a atitude daqueles que invocam sistematicamente o povo, a vontade do povo, sem ter noção da realidade vivida por esse povo. Nesse sentido, rejeito a acusação. Mas acontece que eu sou uma cidadã de Portugal e conheço, por dentro, as dificuldades com que nos debatemos. Não posso negar que a minha maneira de ser me leva a interessar-me naturalmente pelos problemas dos outros. Esse é mesmo o sentido fundamental da minha vida. Talvez as pessoas ao contactarem comigo, sintam essa disponibilidade. É, porventura, essa minha característica que leva alguns a dizer, em tom depreciativo, que sou «populista». Se, ao dizê-lo, captam o meu desejo de serviço dos outros, então não receio a acusação. Durante o V Governo tive a preocupação de ir beber às fontes a realidade tal como ela aparece. Não é nos gabinetes

da capital, sem contacto nenhum com os interessados que se pode governar.

JN — *É pensa que é com contactos pessoais que os governantes podem fazer a aferição permanente da sua actividade?*

MLP — Sem dúvida. Repare que não estou a referir-me aos «banhos de multidão», esse contacto indiscriminado. Refiro-me à necessidade de ouvir directamente, «in loco», no lugar mesmo onde as pessoas estão, sem estarem desenraizadas, nem numa situação de aparente dependência, e vendo até os resultados do seu trabalho — numa empresa, numa exploração agrícola — pois só assim se podem recolher elementos que nenhum estudo, por mais completo que seja, pode substituir.

In «JORNAL DE NOTÍCIAS» 18.12.84

MARIA DE LOURDES PINTASILGO E ALGUNS PROBLEMAS NACIONAIS

ADESÃO À CEE: FALTA INFORMAÇÃO

«A adesão à CEE é um processo irreversível, embora vá criar situações de extrema dificuldade para alguns sectores agrícolas e industriais. Por isso, a forma como se têm vindo a processar as negociações não pode deixar de preocupar todos os que lutam pela sobrevivência das empresas numa situação de crise, já que o período de transição para a plena integração agudizará, mesmo na opinião de peritos da CEE, essa situação. Este processo não pode ser conduzido num secretismo e num «faz-de-conta» que escondem ao povo português as verdadeiras dificuldades que a adesão põe. É indispensável uma informação exacta e regular sobre este processo. A capacidade de fazer viver a Democracia também se mede pela clareza e verdade com que se mantém o povo português informado sobre assunto de tanta importância.

Para além dos aspectos especificamente económicos da adesão, preocupa-me a mitologia criada pela maior parte dos nossos governantes, tornando a integração europeia naquilo que uns chamaram de «grande desígnio nacional» e outros de «prioridade das prioridades». Se tal correspondesse à verdade dos factos, teríamos de concluir, face aos sucessivos adiamentos, que estava em causa algo de vital para a nossa vida como Nação... Essa forma de pôr o problema é atentatória da dignidade nacional. Não só rejeito uma perspectiva de subserviência na nossa adesão à CEE como julgo que o respeito pela nossa História e pelo nosso valor cultural nos deveria levar a colocarmo-nos em pé de igualdade com os outros países europeus, tentando construir uma Europa capaz de desempenhar no Mundo de hoje um papel decisivo para a salvaguarda da paz e dos grandes valores que fizeram no passado a sua grandeza».

In «JORNAL DE NOTÍCIAS»

ENTREVISTAS

FMI: NÃO À SUBSERVIÊNCIA

"Estamos a adoptar em relação ao FMI as mesmas atitudes de subserviência que estão presentes nas negociações com a CEE. Ninguém tem dúvidas de que o FMI tem ajudado alguns países a ultrapassar dificuldades conjunturais. Mas é um facto que em muitas ocasiões a inflexibilidade das políticas económicas do Fundo põe em causa a soberania nacional. É preciso, por isso, lembrar constantemente que os estatutos do FMI impõem a subordinação da concessão dos empréstimos aos projectos de desenvolvimento económico e social dos países que a ele recorrem. E não o contrário. Cabe, por isso, aos governos dos países que pedem os empréstimos fornecer ao FMI o quadro da política de desenvolvimento económico e social que prosseguem para que os empréstimos não venham coarctar, a prazo, essa política.

Os portugueses, mais cedo ou mais tarde, exigirão, como imperativo nacional, a renegociação da dívida com o FMI, por forma a que, pagando com honra, não fique comprometido, por gerações, o desenvolvimento económico que está ao alcance do nosso país."

In «JORNAL DE NOTÍCIAS» 16.12.84

SECTOR PÚBLICO: HÁ QUE MUDAR

"A discussão sector público/sector privado deve ser encarada, tendo presente que, se o país, em certos casos, pagou muito caro algumas nacionalizações, feitas sem conhecimento técnico dos sectores de actividade por elas cobertos, pagará mais caro ainda o preço de um regresso linear à situação anterior.

Reduzir esta discussão apenas à vertente ideológica é um erro grave. Há formas tecnicamente correctas e politicamente consensuais de resolver as grandes questões económicas postas pela existência de um grande sector nacionalizado da economia. É hoje um dado adquirido que o sector público deve resultar da conjugação de vários factores em que intervêm, entre outros, a segurança do Estado, as exigências de uma política antimonopolista que garanta a liberdade da iniciativa privada, a política nacional de investimentos, a capacidade de o Estado controlar efectivamente as empresas que administra.

Parece-me, assim, evidente que o comportamento do Estado em relação ao seu sector empresarial tem que mudar. As empresas devem ser racionalizadas, redimensionadas e dotadas de meios necessários, incluindo gestores nomeados pela sua competência de gestão e pelo seu conhecimento e experiência do respectivo ramo de actividade. Essas empresas devem ter níveis de liberdade e de autonomia internas e de gestão que lhes permitam atingirem rentabilidade custos/benefícios indispensável à sua sobrevivência a prazo, concorrerem numa economia de mercado, darem conta da sua actividade à opinião pública (Parlamento, Imprensa, consumidores, comunidades industrial e agrícola) e serem, ao fim e ao cabo, úteis ao país e à comunidade.

Em relação ao sector privado, é óbvio que o Estado tem responsabilidades na definição de regras claras. Cada um dos agentes económicos

tem de saber muito bem aquilo com que conta em cada momento.

São numerosas as áreas que carecem dessa definição. A valorização e plena utilização dos recursos de cada região, o entrosamento do sector transformador com o sector primário da economia, o dimensionamento das empresas para a optimização do seu funcionamento, a localização das unidades produtivas e o seu relacionamento com a mão-de-obra localmente disponível, o enquadramento de cada unidade fabril num ecossistema de múltiplas variáveis, as possibilidades de obtenção de crédito — eis alguns factores que carecem de clarificação e de políticas globais para que se estabeleçam as condições de liberdade, com o mínimo de risco, da iniciativa privada.

Na ausência de uma política de produção, que tenha em conta estes e outros factores, mais é ainda de louvar a ousadia de tantos empresários que, em diversos ramos, no Norte do país, se têm lançado em novos empreendimentos."

In «JORNAL DE NOTÍCIAS» 16.12.84

DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO

«Não se reduza, pois, o regime democrático-institucional ao simples enunciado dos poderes institucionais, mas reafirme-se que as linhas de força do regime exigem que se **consolide a democracia e que se prossiga o desenvolvimento**. Com a forte certeza de que cada um destes termos condiciona radicalmente o outro.

As instituições democráticas só estarão funcionando regularmente quando os dois objectivos estiverem igualmente presentes. Elas são, no edifício constitucional, inseparáveis um do outro».

MARIA LURDES PINTASSILGO

no debate sobre «Democracia e a Estrutura do Estado», Porto, Junho 1984

ACTIVIDADE À VOLTA DA CANDIDATURA

Estão a ser criados por todo o país, núcleos de freguesia, concelhios e regionais, de apoio à candidatura de M. Lourdes Pintasilgo. Uma das tarefas organizativas que estes núcleos estão a levar por diante, traduz-se na constituição de grupos de natureza sócio-profissional e de juventude. A eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo tem aproveitado os fins de semana para contactar estes núcleos em formação, tendo-se deslocado já aos distritos de Braga, Porto, Aveiro, Coimbra e Santarém, não se podendo esquecer o de Lisboa onde mantém intensa actividade. Sabemos que estão programadas outras deslocações para o mês de Abril e podemos igualmente noticiar que em princípios de Maio constatará os distritos de V. Castelo, Vila Real, Braga e Bragança.

Contacte-nos
Para:

Núcleo Regional do Porto
Apartado 767 — 4013 Porto Codex